



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

OF.ADM.Nº 306/91.-

Pirassununga, 22 de outubro de 1.991.

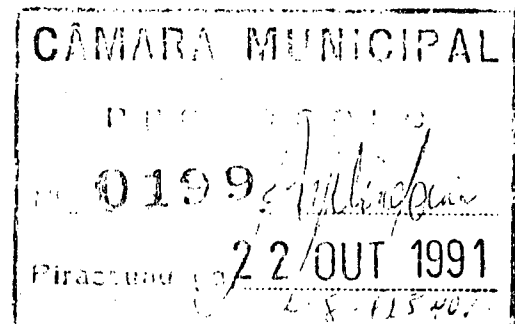
Excelentíssimo Senhor Presidente:

Este Executivo Municipal, pelo presente, vem solicitar a **retirada** do Projeto de Lei Nº 103/91, - que dispõe sobre desafetação de área e dá outras providências, encaminhado através de nosso OF.ADM.Nº 295/91, a fim de promover novos estudos em torno da matéria.

No ensejo, reitera os protestos de estima e consideração.

- ADEMIR ALVES LINDO -  
Prefeito Municipal em Exercício

Excelentíssimo Senhor  
Vereador ELIAS MANSUR  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
N E S T A





**CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tele. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

Of. nº 349/91

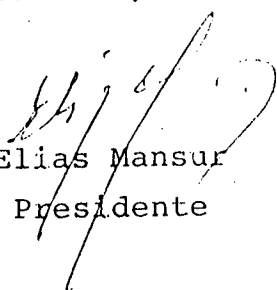
Pirassununga, 23 de Outubro de 1991.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Em atenção ao OF.ADM.Nº 306/91, datado de 22 de outubro do corrente ano, estamos devolvendo a Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 103/91, de vossa autoria, que dispõe sobre desafetação de área e dá outras providências.

Sendo só para o momento, queira aceitar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
Elias Mansur  
Presidente

Excelentíssimo Senhor  
ADEMIR ALVES LINDO  
DD. Prefeito Municipal em Exercício  
NESTA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- PROJETO DE LEI Nº 103/91

"Dispõe sobre desafetação de área e dá outras providências".....

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º) - A Prefeitura Municipal de Pirassununga fica autorizada a desafetar, desintegrando da categoria de bem de uso comum do povo, para integrar à categoria de bem dominical, área designada para Praça, localizada no Loteamento JARDIM SÃO FERNANDO, com 3.600,00 metros quadrados, a saber: "AREA DE TERRAS, situada no "Jardim São Fernando", desta cidade, a qual confronta-se com os lotes de nºs. 10, 11, 12 e 13, da quadra "C"; com os lotes de nºs. 08, 09, 10 e 11 da quadra "L" e, de quem da quadra "L", olha para a referida Praça, confronta-se do lado esquerdo, com remanescente da Praça de 2.570,00 metros quadrados e do lado direito, com a Praça de 2.900,00 metros quadrados, todos parte integrante do Loteamento em questão, área essa objeto do Registro Nº 05, do Livro 08, do Cartório Imobiliário local".

Artigo 2º) - A área de terras descrita no Artigo anterior destinar-se-á à construção de Creche e Unidade Básica de Saúde.

Artigo 3º) - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 15 de outubro de 1.991.

*A Comissão de Justiça, Legislação e  
Redação, para dar parecer.  
Sala das Sessões da C. M. de  
Pirassununga, 15 de 10 de 19 91*

*Presidente*

- ADEMIR ALVES LINDO -  
Prefeito Municipal em Exercício



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

## - J U S T I F I C A T I V A -

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

O Projeto de Lei que no ensejo estamos em caminhando para apreciação dos nobres edis que constituem esse Egrégio Legislativo, dispõe sobre desafetação de área designada para Praça, localizada no Loteamento JARDIM SÃO FERNANDO, com 3.600 metros quadrados, área essa destinada à construção de Creche e Unidade Básica de Saúde, como se infere pelo Artigo 2º da propositura.

O espírito da medida é dotar aquela localidade de assistência às crianças e os que necessitam de atendimento médico, assistência essa ha muito clamada pelos moradores do Jardim São Fernando.

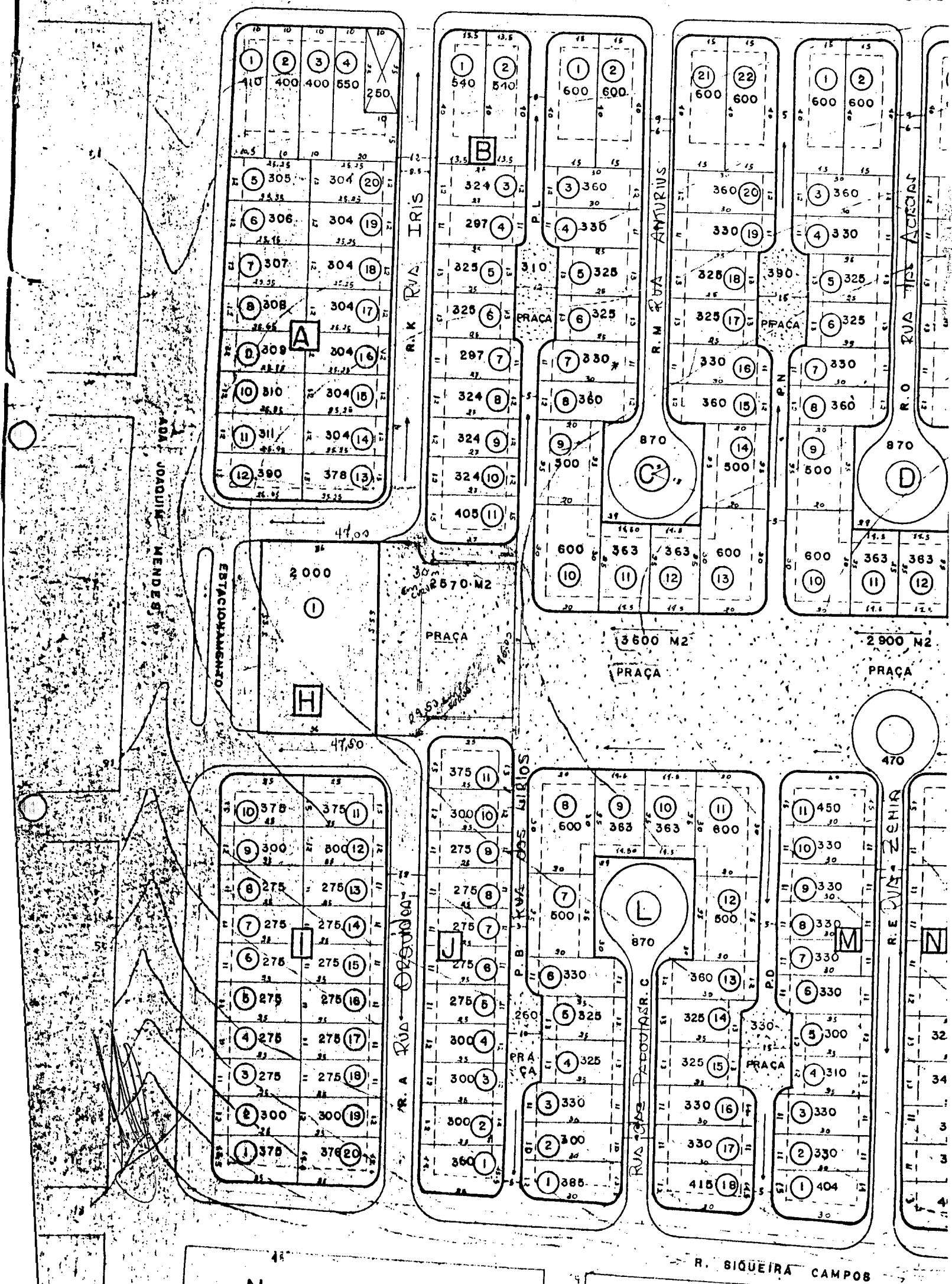
A área acima noticiada, é a que mais atende para os fins colimados; e, em se tratando de área designada para Praça, torna-se necessária a sua desafetação, desintegrando-a da categoria de bem de uso comum do povo, para integrar à categoria de bem dominical, para que possamos dar continuidade aos demais procedimentos, com fim único e especial de promover às construções mencionadas.

Dado o incontestável alcance social da matéria e a clareza com que o Projeto vem redigido, contamos com o beneplácito dos nobres Vereadores, encarecendo para a sua tramitação, regime de urgência de que trata o Artigo 36 da Lei Orgânica do Município, o que desde já fica requerido.

Aproveitamos do ensejo para reiterar os protestos da mais alta estima e consideração.

- ADEMIR ALVES LINDO -  
Prefeito Municipal em Exercício

ADA. FELIPE BOLLE



inscrição de Cartório de Registro de Imóveis nº 5 / 27/24-6-78  
transc. 16.646-3-0 e  
16.860-3-0

8



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
COMARCA DE PIRASSUNUNGA  
ESTADO DE SÃO PAULO

**CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS**

EDIFÍCIO DO FORUM — FONE 2182

Bel. NELSON RIBEIRO, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis  
e Anexos da Comarca de Pirassununga, Estado de São Paulo, etc.

**CERTIFICA,**

a pedido de parte interessada que, revendo no Cartório a seu  
cargo, os livros competentes, deles, verificou constar o re-  
gistro de loteamento JARDIM SÃO FERNANDO, registrado sobo -  
número 5, do livro 8, - AREAS: TOTAL: 149.768 ms2. LOTEADA :  
100.818ms2. PRAÇAS E JARDINS: 20.000 ms2. RUAS: 22.880 ms2.  
PASSAGENS P/ VIEIRA: 6.080 ms.2 NÚMERO LOTES: 261.- O referido  
é verdade e dá fé. Pirassununga, 12 de janeiro de 1978. O  
Oficial



*[Assinatura manuscrita]*

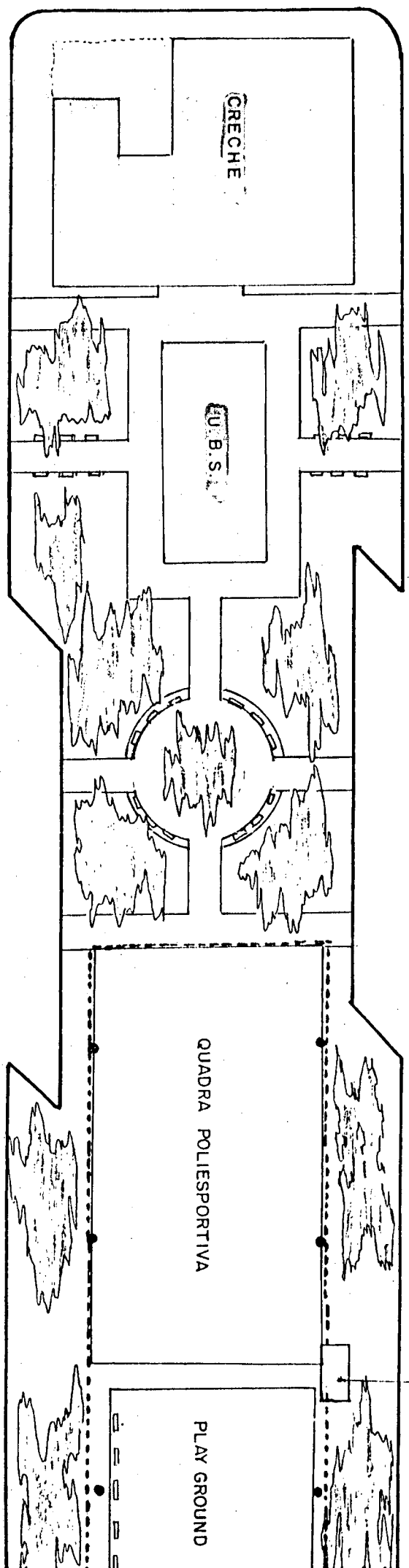
05

ESCOLA

RUA DOS LÍRIOS

TRAV. RUA DAS PAPOULAS

RUA ZENIA



VIA INEXISTENTE

VIA INEXISTENTE

ENTRADA COM SANITÁRI

*[Handwritten signature]*



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

09

### EMENDA Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 103/91

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL

O artigo 1º, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º) - A Prefeitura Municipal de Pirassununga fica autorizada a transferir, desintegrando da categoria de bem de uso ' comum do povo, para integrar à categoria de bem de uso especial, área designada para Praça, localizada no Loteamento JARDIM SÃO FERNANDO, com 3.600,00 metros quadrados, a saber: "ÁREA DE TERRAS", situada no "Jardim São Fernando", desta cidade, a qual confronta-se com os lotes nºs 10, 11, 12, e 13, da quadra "C"; com os lotes de nºs 08, 09, 10 e 11 da quadra "L" e, de quem da quadra "L", olha para a referida Praça, confronta-se do lado esquerdo, com remanescente da Praça de 2.570,00 metros quadrados e do lado direito, com a Praça de 2.900,00 metros quadrados, todos ' parte integrante do Loteamento em questão, área essa objeto do ' Registro nº 05, do Livro 08, do Cartório Imobiliário local".

Sala das Sessões, 22 de Outubro de 1991.





## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

07  
B

### PARECER Nº

AO PROJETO DE LEI Nº 103/91

AUTORIA : EXECUTIVO MUNICIPAL

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

O Projeto de Lei visa em síntese, dar outra desti-  
nação em parte da área definida como praça no Jardim São Fer-  
nando.

Tanto a L.O.M. (artigo 126, Parágrafo Único) co-  
mo C.E. (artigo 180 VII), vedam essa prática, não permitindo  
em hipótese alguma, que áreas definidas em projeto de parce-  
lamento do solo como áreas de uso comum do povo (praças, -  
ruas, etc) ou de uso especial ( institucionais), possam ter  
seus fins ou objetivos originariamente estabelecidos altera-  
dos.

Apesar do projeto de lei conter abaixo-assinados  
de expressiva maioria dos moradores do Jardim São Fernando  
' que concordam com a destinação de parte da referida área '  
com o objetivo colimado no artigo 2º (construção de creche e  
Unidade Básica de Saúde), entendemos que o interesse público  
abrange a comunidade como um todo, sendo de alçada de toda  
população, pois a "praça" tem caráter de uso coletivo, aber-  
tas a utilização pública, de uso comum ou do domínio público.

Outro aspecto ilegal que transparece na proposi-  
tura é a "desafetação" dessa área para integrar a categoria  
' de bens dominiais ( disponíveis ). O instrumento processual '  
administrativa mais adequado para esse caso, é a transferên-  
cia dessa área, desintegrando da categoria de bem de uso co-  
mum do povo, para integrar à categoria de bem de uso espe- '  
cial e não a categoria de bem dominial, que pode ser usado '  
para qualquer fim ou até mesmo alienados pela administração.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

Portanto, pelas razões expostas esta Comissão emite Parecer contra a aprovação do projeto, seja pela ilegalidade (Parágrafo Único, artigo 126) Lei Orgânica do Município de Pirassununga, seja pela inconstitucionalidade ( artigo 180, VII ) Constituição Estadual.

Sala das Sessões, 22 de Outubro de 1991.

Nilton Tomás Barbosa

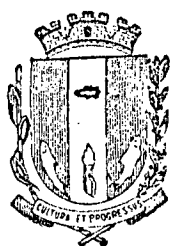
Presidente

João Carlos Sundfeld

Relator

Rubens Santos Costa

Membro



**CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
EDIFÍCIO DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES  
ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER

Ao Projeto de Lei nº 67/90

Autoria: Executivo Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

As áreas de terras descritas na propositura, foi ingressada ao patrimônio público em projeto de loteamento "Jardim Morumbi e Jardim Brasília" à época de sua aprovação e definidas como " Sistema de Lazer ".

O Código Civil Brasileiro, classifica essa natureza de área, como Uso Comum do Povo ( mares, rios, estradas, ruas e praças ) passando então ao Poder Público' e à sua administração.

Todo bem imóvel que integra essa categoria são afetados a uma finalidade, na presente propositura trata-se de uma área definida como "Sistema de Lazer". O ' instrumento jurídico para dar outra destinação a essa área é a "desafetação" mediante autorização legislativa.

Tal possibilidade era permitida, mas acontece que, com a promulgação da Constituição do Estado de ' São Paulo (art. 180, VII) e L.O.M. (art. 126, Parágrafo ' Único) a desafetação proposta é ilegal e inconstitucional.

Esta Comissão, reporta e anexa ao presente, semelhante parecer emitido em 22 de maio de 1990, ocasião que tramitou por esta Casa projeto propondo desafetação de área de terra localizada na Vila Santa Fé, não obje



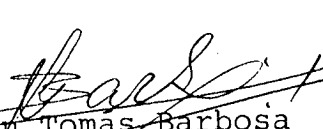
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA  
EDIFÍCIO DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES  
ESTADO DE SÃO PAULO

19/9  
19/9

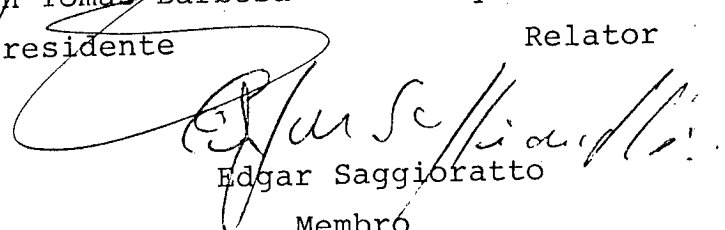
to de deliberação pelo plenário desta Casa, em face do pedido de retirada pelo Executivo.

Diante do exposto, esta Comissão emite parecer contrário à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 25 de Setembro de 1990.

  
Nilton Tomás Barbosa  
Presidente

Joaquim Quintino Filho  
Relator

  
Edgar Saggioratto  
Membro



**CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
EDIFÍCIO DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES  
ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER

Ao Projeto de Lei nº 25/90

Autoria: Executivo Municipal

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO.

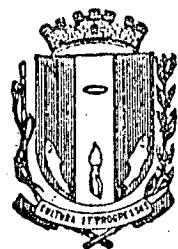
Mediante o projeto de lei nº 25/90, o Executivo pretende obter autorização legislativa para desafetar áreas de terras do patrimônio público, localizadas no loteamento denominado de "Vila Santa Fê", classificada na categoria de bem de uso comum do povo ou do domínio público ( áreas verdes ), para integrar a categoria de bem dominiais ou do patrimônio disponível, destinadas à construção de moradias econômicas.

Essa comissão, reconhece que a iniciativa do Poder Executivo é louvável em face de no ultimo decênio ter elevado assustadoramente o déficit habitacional no município, mas o projeto merece uma especial atenção; no tocante a sua constitucionalidade e legalidade.

O artigo 180, VII da Constituição Estadual de São Paulo, proíbe a alteração de áreas verdes ou institucionais definidas em projeto de loteamento aprovado, para que seja destinada a qualquer outro fim.

A Lei Orgânica do Município de Pirassununga também consagra identico dispositivo contido no Parágrafo Único do Artigo 126 que assim dispõe: " As áreas definidas em projeto de parcelamento do solo com áreas verdes ou de lazer, de uso comum do povo ou institucionais não poderão, em hipótese alguma, ter sua destinação, fim e objetivos originariamente estabelecidos, alterados".

Portanto, mesmo reconhecendo o grande interesse da administração e principalmente por parte da população interessada na aquisição dos lotes para construção de moradias econômicas pelo programa "Cesta Básica Habitacional" do Governo Federal, esta Comissão se opõe à aprovação da propositura, uma vez que a




**CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

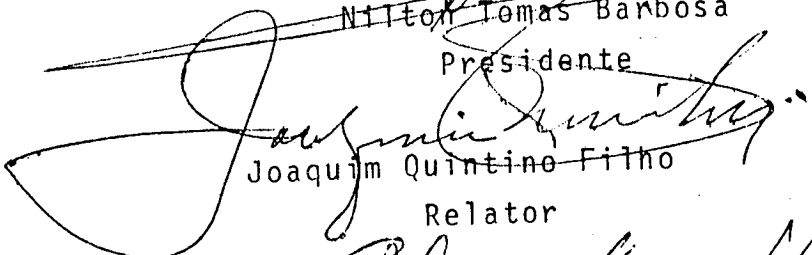
EDIFÍCIO DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES  
ESTADO DE SÃO PAULO

desafetação proposta fere dispositivos constitucional e a nossa  
Lei Orgânica do Município.

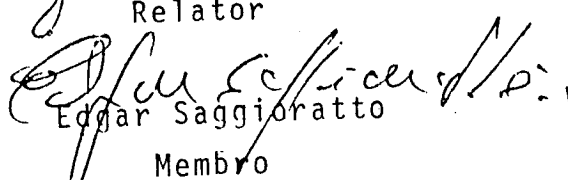
Sala das Sessões, 22 de Maio de 1990.

  
Nilton Tomas Barbosa

Presidente

  
Joaquim Quintino Filho

Relator

  
Edgar Saggioratto

Membro